

COLIGAÇÃO Para cuidar bem de Santa Maria – Frente Popular

PROGRAMA DE GOVERNO

Os Partidos integrantes da Coligação Para cuidar bem de Santa Maria – Frente Popular, composta pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Pátria Livre (PPL), Partido Social Democrata Cristão (PSDC) e Partido Humanista da Solidariedade (PHS), vencedores das eleições municipais do ano de 2012, comprometem-se com a execução do seguinte programa na administração do Município de Santa Maria, segundo os eixos condutores gerais da Participação Popular, Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável:

1. **Saúde** – Direito constitucional do cidadão brasileiro, a saúde será em nossa administração prioritariamente tratada, para o que não apenas daremos continuidade aos programas já existentes como também buscaremos retomar outros precarizados nos últimos quatro anos, a exemplo do Programa Estratégia da Família. Para tanto buscaremos aprofundar os laços de relação do município com os governos estadual e federal, dos quais vertem o maior volume de recursos para o financiamento do setor.
2. **Educação** – Na educação nosso compromisso é com a tradição do modo petista e seus aliados históricos de governar cujo princípio basilar é a “educação cidadã”, que entende a educação como principal instrumento para o desenvolvimento integral do indivíduo (social, econômico, cultural, etc...). Garantiremos a gestão democrática da escola através da manutenção e aperfeiçoamento da legislação atual, tanto quanto incidiremos no sentido da crescente integração dos diferentes segmentos envolvidos no processo educativo, quais sejam pais, alunos e professores.
3. **Habitação** – No setor habitacional daremos continuidade a programas iniciados nas duas administrações anteriores do Partido dos Trabalhadores e aliados em Santa Maria, a exemplo do Programa de Arrendamento Residencial, continuidade aos programas de regularização fundiária, também iniciados em nossas administrações, não deixando sem projeto qualquer linha de financiamento para o setor (Minha Casa Minha Vida) colocada a disposição dos municípios pelos governos estadual e federal. Nos comprometemos em propiciar mais um grande avanço do município na busca do déficit habitacional zero.
4. **Assistência Social** – Buscaremos seguir à risca os princípios da legislação federal da área de assistência social, sobretudo a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS), aderindo também aos programas estaduais de assistência social. Nosso compromisso vai além da manutenção e aperfeiçoamento daquilo que está sendo realizado no setor, eis que também nos comprometemos em resgatar programas importantes do passado que ora, ou foram extintos ou precarizados. A Assistência Social se constituirá em um importante braço da política global de nossa administração no combate à pobreza e à miséria.
5. **Segurança Pública** – A segurança pública nas administrações das forças populares, no nosso caso presente representada pelo Partido dos Trabalhadores e Partido Pátria Livre, a questão da segurança pública nunca foi entendida como um “caso de polícia” exclusivamente. O combate à falta de segurança em uma sociedade envolve ações oriundas da gestão do desenvolvimento econômico, da educação, da cultura, entre tantos. De alguma forma todas as demais políticas setoriais de uma administração, seja local, estadual ou federal, são políticas de combate à falta de segurança. Introdutores no município desta visão

integralizadora da gestão da segurança pública, através da implantação do Gabinete, não poderia ser outro o nosso compromisso do que emprenhar as ações de todos os setores da administração no combate à violência e à insegurança de nossa comunidade com políticas que contemplem esta visão holística do “sistema segurança”.

6. **Gestão Administrativa** – Nosso compromisso é com uma gestão democrática, participativa, transparente e incluyente. Para isso não basta colocar à disposição do cidadão instrumental eletrônico para a sua informação sobre o que se passa na administração da sua cidade. Este é apenas um dos aspectos, que diz respeito à transparência. Nós sempre fizemos mais. Para tanto, estamos nos comprometendo com a participação dos cidadãos na elaboração do orçamento do município através de consultas democráticas à população ao estilo do Orçamento Participativo, buscando ampliar os seus limites decisórios. Conquista da cidadania brasileira na constituição de 1988, os conselhos populares serão reativados e valorizados em nossa administração, visto que nos últimos anos, em sua grande maioria, foram legados ao esquecimento, precarizados e/ou desativados. Da mesma forma como criaremos ou aperfeiçoaremos instrumentos que possibilitem uma participação substantiva da cidadania nos assuntos da administração, estaremos criando instrumentos similares específico para uma também substantiva participação do quadro funcional efetivo do município nas decisões e destino da administração.
7. **Meio Ambiente** – Nosso compromisso nesta área começa pelo fortalecimento da secretaria de gestão ambiental, criadores da pasta que fomos nos governos do campo popular no período 2001/2008. Desde a perspectiva de um modelo de desenvolvimento com sustentabilidade, a secretaria de gestão ambiental reassumirá em nossa administração o papel estratégico do qual nunca devia ter sido despojada. Vamos atualizar o programa de gestão integrada de resíduos sólidos por nós anteriormente implementados, ampliar e atualizar o programa de coleta seletiva, e atuar integradamente com as demais áreas no sentido da evolução da consciência social para a preservação do meio ambiente e da sustentabilidade.
8. **Desenvolvimento Urbano** – A nossa visão sobre o desenvolvimento urbano tem como princípio a promoção do direito à cidade sustentável, entendido como direito à terra, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura, à mobilidade (trânsito e transporte urbano), aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer. Promoveremos os direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, geradores de inclusão social e urbana. Para nós não haverá em nosso tratamento qualquer dicotomia entre o centro da cidade e sua periferia, se houver alguma diferença será apenas no cronograma de atendimento às demandas, com precedência para aquelas mais urgentes, ao setores mais necessitados.
9. **Desenvolvimento Rural** – Para o setor rural proporemos políticas que tenham como elemento fundante a melhoria de vida dos produtores rurais, seu crescimento integral como agentes produtores e cidadãos com direitos à terra, à saúde, à moradia, à educação e ao lazer. Conquistas que começam na melhoria da infra-estrutura dos distritos, como estradas, abastecimento de água e saneamento nas concentrações populacionais, melhorias em escolas, transporte coletivo e equipamento de saúde e lazer. Em nossa administração deveremos buscar uma condição tal que a opção das famílias em permanecer ou não no meio rural será fruto exclusivamente da sua autodeterminação e não pelas condições adversas de vida que enfrentam.

- 10. Desenvolvimento Econômico** – O modelo de desenvolvimento que inauguramos no município e que deverá ser retomado nesta outra administração das forças populares, tem como centralidade os valores humanos, sociais e de justiça, além da racionalização dos valores econômicos. Nossas ações terão como pressuposto a sustentabilidade, a inclusão e a valorização das potencialidades endógenas de desenvolvimento do município. Estará assentado na geração de trabalho e renda, no incentivo à busca de novas tecnologias, às pequenas e médias empresas, sempre sob a égide da utilização racional e a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente.
- 11. Esporte e Lazer** – Esta área será tratada em nossa administração exatamente como a define a Constituição de 1988, “um direito da cidadania”, devendo, portanto, ser garantida pelo Estado, entendido aqui o município como uma das instâncias do aparelho de Estado brasileiro. Também criada pelos governos das forças populares em suas gestões anteriores, a Secretaria de Esporte e Lazer do município deverá gerenciar o setor sob o prisma da inclusão social e acessibilidade universal. Deverá a secretaria reconquistar o seu status de instrumento de realização do prazer e da felicidade humana, constituindo-se num poderoso instrumento de combate à violência e à criminalidade.
- 12. Turismo** – A gestão estratégica do turismo em Santa Maria na nossa próxima administração, parte da concepção de um turismo sustentável e humanizado no processo de desenvolvimento. A cidade turística que buscamos, além da continuidade e atualização do que de positivamente já existe, terá como eixos condutores a concepção da sustentabilidade ambiental, social, antropológica e econômica, no sentido da consolidação do município como um pólo turístico e aglutinador de eventos sociais, científicos, culturais e econômicos.
- 13. Cultura** – Santa Maria ainda não dispõe de uma política cultural definitiva, que supere a limitada visão da “promoção de ventos”. Consolidar ou recuperar o status de nossa cidade como “Cidade Cultura” exige ações e políticas que se constituam como “políticas de estado” e não apenas ações de governos. Neste sentido vamos propor políticas globais que respeitem a vocação cultural de nossa cidade, baseadas no tripé de ações globais nas áreas de preservação, produção e divulgação.
- 14. Direitos Humanos** – A questão dos Direitos Humanos numa sociedade como a brasileira assume importância estratégica para a construção de uma democracia efetiva que incorpore valores como a justiça social, a igualdade, a liberdade e uma ética coletivamente construída como seus elementos fundamentais. Assim, desde esta perspectiva, nos comprometemos em propor políticas de Direitos Humanos para a juventude, mulheres, negros, índios e para a livre relação entre sexos.